



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024

ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E QUATRO

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - PROPOSTA N.º. 196/24 - DHM - AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO N.º. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - ADJUDICAÇÃO À EMPRESA “CRITERION, PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.”**
- 3 - PROPOSTA N.º. 197/24 - DCH - P.º. 54/DCH/2023 - “PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA” - ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE EMPREITADA POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**
- 4 - PROPOSTA N.º. 198/24 - DHM - AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO N.º. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - ADJUDICAÇÃO À EMPRESA “GLORIOSO E RADIANTE, UNIPessoal, LDA.”**
- 5 - PROPOSTA N.º. 199/24 – DHM - EMPREENDIMENTO DE LECEIA (96 FOGOS) - APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (SIGA 62190)”**
- 6 - PROPOSTA N.º. 200/24 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 7ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 7 - PROPOSTA N.º. 201/24 - DPOC - 4ª. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (4ª. REVISÃO) ÀS GOP (PPI E AMR) REFERENTE AO ORÇAMENTO PLURIANUAL**

8 - PROPOSTA Nº. 187/24 - GAP - SIMAS - NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, PRESIDENTE E VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA

9 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024-----

-----ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Eugénia Maria Carvalho Fernandes Pires e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

----- Faltou o Senhor Vereador Doutor Armando Agria Cardoso Soares, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e trinta e oito minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires.-----

2 - PROPOSTA N.º. 196/24 - DHM - AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO N.º. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - ADJUDICAÇÃO À EMPRESA “CRITERION, PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA.”:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Nuno Neto dê uma explicação sobre isto.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu o seguinte: -----

-----“Dar apenas a explicação que esta reunião teve que ser extraordinária, porque este aviso saiu com um período muito curto.-----

-----Lançámos o procedimento, temos duas propostas, os títulos são exatamente iguais, mas são duas propostas diferentes, apresentaram-se dois potenciais concorrentes, o júri analisou, está em condições de ser aprovado e, portanto, propomos nestas duas propostas não as trezentas e cinquenta casas, mas noventa mais cento e vinte.-----

-----Temos a expectativa que até ao fim do prazo, que é até ao fim do mês, ainda se possam apresentar mais candidatos para o restante das casas, no entanto, como estes avisos terminam a trinta e um deste mês e a aprovação final, portanto, na Comissão de Avaliação do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR, se fará até ao limite da verba, quanto mais cedo nós enviarmos as candidaturas, mais garantia temos que venham a ser aprovadas e, portanto, fazemos já a proposta de aprovação destas duas adjudicações sem prejuízo de poderem vir mais até ao fim do prazo.” - -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar dizer que todas estas propostas que dizem respeito à habitação e que promovem o acesso à habitação são sem dúvida fundamentais e têm imenso mérito. -----

-----Eu gostava de perceber, relativamente ao preço que fica estabelecido, nomeadamente o preço por metro quadrado, como é que ele é aferido, eu quando comecei a ler esta proposta aquilo que eu pensei, é que depois todas estas casas iriam, pelo menos, à Comissão Municipal de Avaliações para aferir o preço real e eu queria entender como é que este valor é aferido, porque estas casas, são casas que estão no mercado, têm um valor de mercado e, portanto, como é que é estabelecido o preço da compra destes imóveis. -----

-----Eu queria perceber um pouco melhor, confesso que não consegui entender bem a



Câmara Municipal
de Oeiras

metodologia.”-----

----- A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** referiu o seguinte: -----

----- “Também tenho algumas questões. -----

----- Agora falou que era noventa mais cento e vinte, mas o meu entendimento é que na proposta cento e noventa e seis, são noventa habitações.” -----

----- Acrescentando o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

----- “É esta proposta com noventa e a outra mais abaixo com cento e vinte.” -----

----- Prosseguindo a **Senhora Vereadora Eugénia Pires**: -----

----- “Mas estamos a votá-las separadamente. -----

----- Acho que faz sentido fazer a distinção, porque no nosso caso, nós temos bastantes reticências, bastantes dúvidas em relação a esta proposta de deliberação cento e noventa e seis.---

----- Tenho um conjunto de questões que gostava de colocar. -----

----- Uma das primeiras coisas é que no edital havia esta questão do mínimo de setenta por cento de fogos na tipologia T Dois e T Três, portanto, sessenta em noventa não cumpre, isto é um aspeto de pormenor, mas talvez faça sentido, se for o bolo todo, não sei. -----

----- Depois, gostaríamos de perceber em relação à proposta de deliberação número cento e noventa e seis, qual é o momento em que vai ser transferido cem por cento o valor, é depois de as casas estarem construídas? -----

----- Ainda assim, temos também algumas dúvidas em relação a estas entidades. -----

----- Gostaríamos de saber quem é o beneficiário último da “Criterion Portugal, Unipessoal, Limitada”, que esta entidade desenvolve as sua atividade, no âmbito da consultadoria para os negócios e gestão, ela foi constituída como Caravela Boémia, Unipessoal, em cinco de março de dois mil e vinte e tinha, como gestor, Sandra Marina Vieira Nunes e passou a ter como gestor em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, Hugo Miranda. Em cinco de agosto de dois mil e vinte e um, foi Madadna Developments, Unipessoal, Limitada,

a vinte e sete de setembro passou finalmente a ser “Criterion Portugal, Unipessoal, Limitada”. ---

-----Nós conhecemos ligada à Madadna Portugal - Sic Imobiliária Fechada, Sociedade Anónima desde dez de outubro de dois mil e vinte e três. -----

-----Foi constituída como Graceful Sound, Unipessoal, Limitada à data da sua constituição em vinte e três de junho de dois mil e vinte e passou a Madadna Portugal, SICAFI a vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e um, portanto, estamos a falar aqui de entidades que são constituídas por “gatekeepers”, facilitadores portugueses, que constituem uma empresa com o reduzido volume de capital que depois se aliam a outras entidades não residentes, eles facilitam, é nosso entendimento, no fundo, que eles conhecem as oportunidades, eles trabalham as oportunidades de negócio e de investimento e depois aparecem estes investidores que são entidades obscuras que normalmente estão sediadas em paraísos fiscais em parte incerta.-----

-----Posso dizer que eu fiz a investigação à data era a Madadna Portugal, SICAFI mas ainda é a Madadna Portugal - Sic Imobiliária Fechada, Sociedade Anónima, o seu beneficiário último é uma pessoa que é conhecido, é o investidor, o Senhor Asif Aziz’s, é um investidor em Londres, dono do Trocadero, em Covent Garden, que quer transformar o Trocadero numa mesquita, comprou e secou todo o mercado dos “pub” para os ter fechados. É dono de umas torres idênticas às Greenfield Tower que arderam há uns anos atrás e, portanto, não faz melhorias nessas torres, ele é natural do Malawi, mas, durante muitos anos, fez fortuna no mercado angolano. Eu não tenho a certeza agora do nome da empresa, mas esta empresa é acompanhada pelas autoridades americanas por suspeita de lavagem de dinheiro. -----

-----Nós temos duas objeções. -----

-----Uma tem a ver com quem é o beneficiário último destas entidades, porque são entidades de grande opacidade e ligadas a situações escusas que aparecem para tirar partido dos benefícios fiscais, mas cujo efeito deles sobre o mercado não é neutro e nós fizemos aqui um paralelo, por um lado, acho que é preciso ficar claro se a entidade é a mesma que detém o projeto



Câmara Municipal
de Oeiras

das Torres do Espargal, que tão nefastas implicações vai ter sobre os moradores daquela zona.”--

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** salientou o seguinte: -----

----- “Começando pela Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, gostaria de explicar o que é que vai acontecer. -----

----- O que estamos a comprar, não são casas disponíveis no mercado que possam ser avaliadas, o que estamos a comprar são ativos futuros, que significa que estamos a comprar o metro quadrado construído dentro do prazo de execução do PRR, estamos a comprar a este valor e que valor é? -----

----- Estabelece o PRR como critério que se possa comprar até ao valor de metro quadrado da mediana do último trimestre. -----

----- Portanto, é assim que é calculado o valor. -----

----- Qual foi o valor da mediana do último trimestre do INE? -----

----- Quando nós publicámos eram quatro mil e cinquenta e quatro euros o metro quadrado. Quando nós começámos a trabalhar nisto, entretanto, no dia da publicação, portanto, é esse valor que vale, eram três mil oitocentos e oitenta e cinco euros, à volta disso. -----

----- O que é que é avaliado?-----

----- Se a proposta do metro quadrado a construir se enquadra ou não dentro do valor da mediana publicada no INE. -----

----- Critérios de distribuição das tipologias é exatamente isso, ou seja, o que nós queremos comprar é aquilo que temos mais carência e no bolo global estão respeitados os critérios de distribuição das tipologias, mas estamos a comprar, volto a lembrar, um ativo futuro, ou seja, o que é que nós estamos a comprar? -----

----- Casas construídas à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco para terem licenças, ou seja, para chegar à nossa mão as chaves em maio de dois mil e vinte e seis, que é quando temos que enviar para a Comissão de Acompanhamento do PRR os comprovativos

de compra, as escrituras e depois têm que estar entregues até ao fim do primeiro semestre de dois mil e vinte seis e entregues às famílias que as vão arrendar. -----

-----O que é que estamos a pagar agora e o que é que vamos pagar até ao fim? -----

-----Até recebermos as chaves das casas e fazer a escritura, se repararem nas minutas que estão anexas, vamos pagar mil euros de sinal, portanto, é um sinal simbólico que vamos pagar e é esse o único encargo para o Município até ter as casas construídas. -----

-----E temos que ter preocupações quanto às casas que vamos comprar e é a isso que nos devemos reduzir agora. -----

-----E porque é que eu digo isto? -----

-----O que nós temos que fazer é objetivar os problemas. -----

-----Qual é o problema objetivo? -----

-----Precisamos de casas para instalar pessoas que precisam de casas para morar. É esse o problema social que temos que resolver no Município de Oeiras.-----

-----O que é que vamos comprar? -----

-----Casas com critérios de qualidade, de eficiência energética, de localização, de dimensão, de critérios de construção e de qualidade, que possam alojar essas famílias de forma digna. -----

-----É essa a minha preocupação.-----

-----Quanto aos beneficiários das empresas, normalmente estas candidaturas são apresentadas por agências que preparam as candidaturas e preparam o investimento e há alguém que tem que investir nisto, porque este tipo de negócio envolve o risco e envolve dinheiro para comprar os terrenos, para construir, para fazer projetos, para tudo isso. -----

-----O registo do Registo Central de Beneficiário Efetivo - RCBE está junto à proposta, está num dos anexos. -----

-----Se a preocupação da Câmara deve ser objetivada naquilo que é o problema das



Câmara Municipal
de Oeiras

peças e naquilo que precisa de comprar, que são casas, se eu só vou pagar casas construídas quando elas estiverem construídas, depois de verificar que estão bem construídas, que respeitam tudo e mais alguma coisa, se há um acompanhamento técnico do processo construtivo até lá chegar, se vamos pagar aquilo que é o preço definido pela Comissão Europeia quando constrói os critérios da aquisição das casas. Se vamos comprar ao Senhor A ao Senhor B, eu vou comprar aqueles que são os proponentes que aqui se apresentam. -----

----- Não me parece sequer que se possa dentro dos termos da lei, quando se faz uma candidatura para uma oferta pública de aquisição, depois caracterizar aquilo que é o nosso juízo pessoal e moral sobre o vendedor, ou o investidor, não conheço, não me diz respeito, a minha preocupação é comprar casas dignas que cumpram os critérios que estão definidos para aquilo que nós precisamos de comprar, para entregar às pessoas que lá precisam de morar e entendo que esta deve ser a preocupação desta Câmara Municipal.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Eu não consigo deixar de ficar surpreendido com o teor do discurso que ouvimos aqui hoje. - -----

----- Ainda ontem na Assembleia Municipal se discutiu o veneno que vem do discurso da política confrontacional e desta forma de fazer política que nós, de facto, não estávamos habituados. -----

----- O que é que diz respeito ao Executivo Municipal de Oeiras se um promotor inglês, proprietário de propriedades em Londres, quer fazer uma mesquita no centro de Londres? -----

----- Qual é o problema? -----

----- Um - Religioso? -----

----- Dois - Racismo? -----

----- Três - Julgamento moral de uma pessoa, que estou em crer que nenhum de nós conhece para avaliar? -----

-----Quatro - Uma empresa que é avaliada por uns ou que é objeto de investigação num estado terceiro, cuja investigação, seguindo o raciocínio da Senhora Vereadora nem sequer terminou? - -----

-----Tudo isto deve ser objeto de discussão no Executivo Municipal de Oeiras? -----

-----O que é que nós estamos aqui a avaliar? -----

-----O perfil, o carácter dos empresários, o histórico? -----

-----Ou estamos a avaliar as propostas concretas que nos são feitas? -----

-----Eu sinceramente, não estou a perceber, o problema de construir uma mesquita em Londres, diz respeito a cada um de nós? -----

-----Já chegámos aí? -----

-----É um problema religioso agora? -----

-----Não podemos aceitar uma proposta de um empresário, porque é muçulmano? -----

-----Eu quero que isto fique em ata clarinho, porque o que foi dito pela Senhora Vereadora...” -----

-----Interrompendo a **Senhora Vereadora Eugénia Pires**: -----

-----“Não.” -----

-----Prosseguindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Senhora Vereadora, não seja totalitária, eu ouvi-a com toda a bonomia e paciência, cabe-lhe a si fazer o mesmo para com os outros, quando chegar a sua vez, certamente, o Senhor Presidente lhe dará a palavra e a Senhora falará, até lá, tem que me ouvir com a mesma bonomia com que eu a aturo. -----

-----Eu não me recordo, numa reunião do Executivo Municipal de Oeiras alguém ter dito que não podemos confiar ou temos de ter cuidado com o empresário, porque quer fazer uma mesquita num outro País. -----

-----Eu não sou muçulmano, tenho uma educação católica e até já fui objeto de críticas



Câmara Municipal
de Oeiras

por causa disso, agora quando chegamos a este ponto, não é mais possível.-----

----- O Senhor Vereador explicou isto, creio eu, com muita tranquilidade. Há uma empresa portuguesa de consultoria, que conhece o mercado e prepara o dossier e faz aquilo que todos os consultores desta área fazem, procura investidores.-----

----- Estou muito longe da verdade, Senhor Vereador?”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** respondeu:-----

----- “É assim com todos.”-----

----- Voltando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “É assim com todos.-----

----- Nós estamos a avaliar no Executivo Municipal de Oeiras, se o empresário nasceu no Malawi, se teve negócios em Angola, se quer fazer uma mesquita em Londres!-----

----- Que diabo, onde é que nós já chegámos!-----

----- O que é que nós vamos avaliar a seguir?-----

----- Peço desculpa pelo teor da minha alocação, mas isto tudo me deixa muito pouco confortável. Não é isso que nós estamos aqui para avaliar, se este Senhor tiver algum problema com a justiça, Portugal é um Estado de Direito Democrático, tem instituições judiciais para tratar dessas questões.-----

----- Quem quer ser magistrado do Ministério Público ou funcionário da Polícia Judiciária, há concursos públicos para isso, a função do Executivo Municipal de Oeiras não é fazer juízos morais sobre quem são os investidores que aqui vêm, até porque nós não os conhecemos para fazer esse tipo de juízos.-----

----- Não estamos em posição, sobretudo, moral, para fazer juízos morais sobre os empresários que aqui se apresentam.-----

----- O que é isso?-----

----- É suposto os detentores de cargo público falarem com toda a gente que nos procura e

não fazer juízos morais e esses discursos, horríveis, dizer que um empresário, levantar uma suspeita sobre o empresário, porque é dono de um edifício em Londres e quer fazer uma mesquita? - -----

-----Eu espero que isto fique bem transcrito em ata, porque isto é para memória futura. Isto tem que ficar para memória futura.” -----

-----A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** disse o seguinte:-----

-----“Eu só posso entender as suas palavras, eu não questioneei a religião do Senhor, o que eu falei foi do Trocadero. -----

-----O Trocadero é um edifício icónico em Londres, bastante acarinhado e o que tem sido bastante polémico é o encerramento deste edifício e o fim a que se destina, tem a ver com uma mesquita, poderia ser outra coisa, mas o que é para sublinhar é um edifício icónico no centro de Londres, bastante acarinhado pelos londrinos, foi fechado por este Senhor.-----

-----A outra questão mais importante, a meu ver, tem que ver com o modelo de desenvolvimento que estamos a falar, o que é que estas entidades trazem, a médio prazo, em termos de modelo de desenvolvimento. -----

-----É disso que estamos a falar, entidades que precisam de ter testas de ferro, de estar em paraísos fiscais, que têm uma lógica extrativista de rendas quando chegam no investimento que fazem num País para beneficiar de isenções fiscais. É este o modelo que temos e nós conhecemos muito bem o que é que aconteceu em Lisboa com a subida do preço de aquisição da habitação, a subida das rendas e a situação que estamos a viver e que agora se procura resolver, tem que haver, a nosso ver, princípios, não vale tudo, não vale todo o tipo de modelo de desenvolvimento, o que estamos aqui hoje a debater é um modelo de desenvolvimento.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Senhora Vereadora, peço imensa desculpa eu tenho quase a certeza ou a Senhora não mede ou não houve bem o que diz. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Deixe-me tentar explicar, nós não estamos em Londres, nós não estamos a julgar nada na cidade de Londres, esse não é um problema do Executivo Municipal de Oeiras, ponto um. -----

----- Ponto dois, nós também não estamos a avaliar a sede fiscal da empresa, o que nós estamos aqui a fazer é uma coisa, peço imensa desculpa que os senhores ainda não perceberam, casas para pobres, casas para quem precisa.-----

----- No caso concreto, cumprindo a lei não importa se o gato é preto ou branco, importa que o gato apanhe o rato.-----

----- Nós temos pessoas que precisam de casas, temos investidores que querem construir essas casas no modelo que a lei permite, é só isso Senhora Vereadora.-----

----- O problema do Trocadero, em Londres, com certeza que terá toda a razão de ser em Londres, é o problema de Londres, se fosse no Município de Oeiras teríamos todo o gosto de o discutir, agora, estar a avaliar empresários porque fazem edifícios em Londres, por favor, descemos à terra, aqui estamos a falar de casas para pobres, para quem precisa, é esse o nosso problema.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** frisou: -----

----- “Só recordar o que é que estamos aqui a fazer hoje.-----

----- Estamos aqui a comprar casas, significa isso, que nos devemos preocupar com a localização das casas, com a qualidade de construção das casas, com os projetos de construção, com as tipologias, com os preços, com o regime legal português.-----

----- É natural que nos preocupemos com as matérias-primas que vão construir estas casas, se corresponde aos nossos critérios de qualidade, é natural que acompanhem as obras para verificar se cumprem escrupulosamente todos os critérios de construção que nós definimos e é natural que não se pague nada, porque é isso que estamos aqui a fazer, estamos a dar um sinal de mil euros, recorde, não estamos a pagar nada até receber o produto final, significa isso que

estamos aqui a fazer uma proposta de compra.-----

-----Estamos a dizer ao mercado, a este investidor, a este ou a qualquer outro investidor que estamos disponíveis para adquirir um produto daqui a um ano e meio, dois anos e isso é o que nós estamos aqui a decidir hoje.-----

-----Não me parece relevante, sequer, que se equacione, para o objeto desta proposta de deliberação, que é subscrita por mim.-----

-----Se a Senhora Vereadora tivesse perguntado se os funcionários que vão construir estes edifícios estão legalizados e têm seguro, seria legítima a preocupação com os trabalhadores, se os tijolos, o cimento se estão faturados, seria legítimo.-----

-----Agora, o Trocadero é um edifício simbólico, gosto muito como muitos outros edifícios, preocupa-me muito mais a vida das pessoas que são os meus vizinhos de Concelho, de quem precisa aqui ao lado e é essa a minha preocupação e é para isso que trabalho todos os dias.

-----Esses objetivos não devem ser postos em causa, porque não são postos em causa quando nós compramos um bem futuro, ou seja, volto a repetir, temos que nos preocupar é com as características do que estamos a comprar, em comprar bem, em ter as candidaturas do PRR, porque temos que aproveitar todos os mecanismos de financiamento para bem gerir o erário público e é essa a nossa preocupação diária.-----

-----O Trocadero não vi essa palavra escrita na proposta de deliberação que eu subscrevi.”

-----A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** disse:-----

-----“Tenho só uma questão, que não é diretamente a ver com isto, mas que era importante para eu perceber e para votar.-----

-----Na ata do procedimento da hasta do Espargal de dezasseis de junho de dois mil e vinte, refere-se que pediu a palavra o Senhor tal, tal..., o qual informou ser proprietário, no âmbito do Plano de Pormenor de Porto Salvo, gostaria de ver o valor da venda desta hasta pública da futura Unidade de Execução do Espargal, gostaria de ver o valor da venda desta hasta



Câmara Municipal
de Oeiras

pública alocada ao plano, uma vez que a libertação das oficinas do Espargal só foi possível graças à sua deslocação para a área do supra referido Plano de Pormenor.-----

----- Eu gostaria de saber como é que este terreno, este investimento que existe em Porto Salvo se posiciona face a este investimento, neste momento.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora não percebi nada, o que é que esta ata tem quer ver com o Espargal? - -----

----- Não percebi.”-----

----- A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** clarificou:-----

----- “Foi referido pelo proprietário que queria fazer uma ligação, isto é o que está na vossa ata do procedimento da hasta, no final, é referido que pediu a palavra o Senhor que informou ser proprietário, no âmbito do Plano de Pormenor de Porto Salvo e, se eu bem entendo, isto está localizado em Porto Salvo ao abrigo do Plano de Pormenor, gostaria de ver o valor da venda da hasta alocado, há aqui uma ponte, agora, o que eu quero saber, e acho que é uma pergunta legítima, mas pode-me dizer que isso não tem nada a ver.”-----

----- O **Senhor Presidente** frisou: -----

----- “Desculpe, há aqui uma grande confusão, o que é que esta adjudicação tem que ver com o Espargal?-----

----- Não percebi, fala de uma ata onde se falou do Espargal, que o proprietário falou do Espargal, mas a que propósito e em que contexto?”-----

----- Atalhando o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

----- “Eu não tenho aqui presente o documento de que está a falar, mas uma coisa não pode ter nada que ver com a outra. -----

----- Primeiro, o Espargal foi um terreno da Câmara Municipal vendido em hasta pública em dois mil e vinte.-----

-----Segundo, esta proposta em concreto que vem aqui desenvolve-se num terreno que, de acordo com os documentos que foram entregues, terá sido comprado a um privado ou a conjunto de privados, não é um terreno municipal nem tem nada a ver; não vejo nenhuma ligação entre os dois terrenos.”-----

-----O **Senhor Presidente** perguntou:-----

-----“Na ata há alguma referência ao Espargal?-----

-----E se há, a que propósito?-----

-----Não tem nada que ver uma coisa com a outra.”-----

-----A **arquiteta Patrícia Costa Patrícia** explicou:-----

-----“É estranho, na ata deste procedimento de aquisição, a ata que foi feita pelo júri de avaliação a esta proposta não tem nada a ver com essa ata.”-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Eugénia Pires**:-----

-----“Os documentos estão separados.”-----

-----Respondendo a **arquiteta Patrícia Costa**:-----

-----“Essa ata não é anexo a esta proposta.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse:-----

-----“Só um momento, isto tem que ser clarificado.-----

-----A que propósito é que a Senhora Vereadora nesta proposta vem falar do Espargal?”-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Eugénia Pires**:-----

-----“Porque havia uma ligação extemporânea na venda do Espargal que falava em Porto Salvo, que não fazia qualquer sentido, a dúvida vem por isso, pode não ter nada a ver.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não faz qualquer sentido o que a Senhora Vereadora está a dizer, ou seja, na ata deste processo não há nenhuma referência ao Espargal, nem tinha que haver.-----

-----A única relação que há entre uma coisa e outra é que quem comprou o Espargal é o



Câmara Municipal
de Oeiras

mesmo indivíduo que se propõe construir estas casas.”-----

----- Acrescentando a **arquiteta Patrícia Costa**:-----

----- “Mas o DHM não tem esse conhecimento, não tem nada que ver uma coisa com a outra.”-----

----- Referindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “A Senhora Vereadora juntou aqui duas coisas e uma delas que referiu foi as Torres do Espargal que iam ter impactos negativos sobre os moradores.-----

----- Primeiro, o que tem que ver o Espargal com esta proposta que estamos aqui a apreciar?-------

----- O Espargal é um terreno municipal, foi vendido em hasta pública, compra quem tem dinheiro, este empresário ou esta empresa comprou e as considerações que cada um faz sobre se é nefasto ou não nefasto são considerações de natureza política.-----

----- A maioria deste Executivo considera que as implicações do projeto do Espargal são altamente positivas, quer para o local, quer para o Município e são altamente positivas, não tem nada de nefasto, pelo contrário, porque a qualidade daquela construção vai valorizar todo aquele território, vai libertar terrenos que de outra forma seriam ocupados pelo modelo anterior, porque estava no plano de pormenor, porque o plano de pormenor não libertava o espaço verde que este liberta.-----

----- Portanto, a ideia que a Câmara Municipal já tinha de fazer um corredor verde até às Fontainhas, juntou-se a disponibilidade do comprador para alterar o plano de pormenor, sugeriu à Câmara a organização de uma unidade de execução que permitisse concentrar a construção em duas torres, libertando o terreno, a área de construção é rigorosamente a mesma.-----

----- Onde é que está o impacto negativo?-----

----- Eu ouvi vários argumentos, designadamente ao nível do transporte público, mas o facto de viverem seiscentas pessoas num determinado local em torre, em moradia, em

apartamentos mais baixos, em prédios de sete ou oito pisos, as pessoas não são as mesmas, não vão utilizar na mesma o transporte público?-----

-----Cavalga-se o descontentamento de outras pessoas, aliás, viu-se, eram vinte ou trinta pessoas que conseguiram mobilizar para protestar relativamente às Torres do Espargal.-----

-----Eu falei com muitos moradores do Espargal, do Bairro da Figueirinha e que estavam satisfeitiíssimos com o projeto, considerando que iam ter um espaço verde na continuidade do Parque dos Poetas, que seria ótimo.-----

-----Mas isso é uma coisa, outra coisa é o que estamos aqui a discutir e a Senhora Vereadora faz aqui uma grande confusão, que não decorrerá da sua ideia, da sua cabeça, mas mais uma vez, decorre deste protótipo ideológico que a Coligação Evoluir Oeiras transporta. ----

-----Agora vamos por partes em relação a este processo de aquisição de casas. -----

-----Aquilo que está em causa é exclusivamente na sequência daquilo que o Governo deliberou e o PRR acolhe, o alargamento da diversidade das possibilidades de disponibilizar casas para as pessoas que precisam e há várias modalidades, há a modalidade da construção direta pela Câmara Municipal, preparação de projeto, abertura de concurso para o projeto, abertura de concurso para a empreitada, adjudicação da empreitada e a construção das respetivas casas e a sua disponibilidade às famílias, essa é uma modalidade que demora tempo, é preciso fazer os projetos e a Câmara Municipal está sujeita a concursos públicos para tudo isto. -----

-----O Governo no sentido de flexibilizar com mais rapidez, porque é um limite temporal para utilização dos fundos do PRR determinou que também seria possível construir casas, ou melhor, adquirir casas no mercado mediante concursos públicos de adjudicação, de hastas públicas de adjudicação sujeitas à concorrência para que os operadores, os promotores imobiliários possam concorrer à construção destas casas e disponibilizá-las aos Municípios e estes às famílias e estabeleceu um determinado valor. -----

-----Casas a custos controlados os promotores privados não vão fazer, quem faz casas a



Câmara Municipal
de Oeiras

custos controlados são as entidades públicas, e também entendeu estabelecer um valor limite para a compra dessas casas e o limite máximo é a mediana dos preços de habitação no Concelho.-----

----- Eu já agora faço aqui uma declaração, eu sou frontalmente contra isto, sou frontalmente contra esta situação, preferia que o Governo conseguisse negociar com Bruxelas o prolongamento do prazo do PRR para dois mil e vinte e sete ou dois mil e vinte e oito, permitindo que os Municípios como Oeiras, por exemplo, temos experiência, temos “know-how”, temos vontade política e fazermos os projetos e adjudicamos as obras. -----

----- Acontece que há aqui um limite dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis e o Governo quer realização, é muito simples, estas casas podem ir até aos três mil e setecentos ou três mil e oitocentos euros, mas a Câmara Municipal constrói por dois mil, com o dinheiro que pagamos por estas casas nós fazíamos o dobro de casas, eu sou contra em termos de princípio, mas não sou burro, considero-me uma pessoa minimamente inteligente. -----

----- Se há disponibilidade financeira em determinadas condições, se nós estivermos à espera de sermos nós a fazer os projetos, nós temos, neste momento, setecentas casas programadas, mais setecentas do IHRU e destas setecentas casas algumas já estão em construção diretamente pela Câmara, outras estão em projeto, estão projetos a ser finalizados, ao longo deste ano vamos adjudicar várias o que dá cerca de mil e quinhentas, mas nós assim temos a possibilidade de fazer mais trezentas, ou seja, temos a possibilidade, embora de forma mais cara, utilizando este mecanismo de resolver o problema de mais trezentas famílias, é isto que está em causa e o Governo também sabe isso.-----

----- O Governo sabe muito bem que é possível construir mais barato, mas se se entrega a privados a construção, os privados têm que ter lucro e a mediana é aquilo que o legislador entendeu razoável considerar para que houvesse lucro por parte do promotor.-----

----- Relativamente a outras expressões que a Senhora Vereadora utilizou, eu fico estupefacto com certas declarações, como o promotor fechou o Trocadero, em Londres. -----

-----Em primeiro lugar, o que é que nós temos a ver com isso? -----

-----Em segundo lugar, quem tem que ver é a Câmara Municipal de Londres, não é preciso saber que razões é que presidem a isso, se porventura, encerrou o Trocadero e se comprou o Trocadero foi porque a Câmara Municipal de Londres não quis comprar o Trocadero.

-----Nós aqui em Oeiras quando temos um edifício icónico e que entendemos que a Câmara Municipal deve intervir, por exemplo, a Quinta dos Cedros, onde estava previsto fazerem lá dentro, além da construção de parte da quinta, oito apartamentos dentro do palácio e a Câmara Municipal entendeu que não deviam de fazer lá esses apartamentos e que aquele edifício exatamente porque é icónico, viveu lá o Paiva Couceiro entre outros e a Câmara Municipal entendeu comprar. -----

-----Ora, estamos aqui nós a discutir e a ter as preocupações de Londres, uma das capitais mundiais mais importantes, estamos a dizer que os londrinos são incompetentes, são incapazes, não sabem o que querem, permitem jagunçada lá na cidade.-----

-----É interessante estarmos nós aqui em Portugal com preocupações sobre o Trocadero, obviamente que isto não lembra ao diabo, de facto, é uma situação, eu diria mais do que ridícula.

-----Agora, o que trazem estas entidades ao modelo de desenvolvimento? -----

-----Isto é que é gravíssimo, isto traduz toda a ideologia do Bloco de Esquerda, do Evoluir, do Volt, do Volt não sei, nós não sabemos o que é esta coisa da Coligação Evoluir Oeiras, é uma junção de três partidos, mas é aqui que vem ao de cima a sua verdadeira natureza.

-----Reparem, o que é que trazem estas entidades ao modelo de desenvolvimento? -----

-----Sabemos como subiram as rendas em Lisboa e que não vale tudo, o que é que isto tem a ver com a subida das rendas em Lisboa?-----

-----Nós não estamos aqui a colocar no mercado casas para venda, isto não tem nada a ver com o mercado. -----

-----Nós estamos a falar de construção de casas, porque é para famílias que necessitam de



Câmara Municipal
de Oeiras

casas e às quais o mercado não tem capacidade para responder.-----
----- Essa é a mesma razão porque o Bloco de Esquerda e a Coligação Evoluir Oeiras dizem com frequência que o problema da habitação se devia resolver nos centros históricos, nós estamos fartos de ouvir isso aqui na Câmara, comprar edifícios degradados e com isso resolve-se o problema da falta de habitação no Concelho.-----
----- Ora bem, nós sabemos que todos os edifícios degradados que estão à venda a Câmara Municipal compra.-----
----- Temos um Programa de Habitação Jovem que na sua totalidade anda muito perto dos cem milhões de euros financiado, exclusivamente, pela Câmara, mas também sabemos que edifícios antigos que nós comprámos a quatrocentos euros o metro quadrado de potencial construtivo, estão agora à venda por mil e quinhentos euros o metro quadrado, isso tem a ver com a evolução do mercado.-----
----- Agora, o que é que esta questão tem a ver com o modelo de desenvolvimento económico?-----
----- Zero, tem a ver com o modelo de desenvolvimento social deste Concelho, tem a ver com as políticas sociais e com as prioridades sociais deste Concelho.-----
----- Nós queremos que as famílias tenham dignidade na sua habitação e, portanto, a construção de casas para disponibilizar às famílias não tem nada a ver com o modelo de desenvolvimento económico, são coisas distintas, este é mais um pretexto para votarem contra.--
----- Temos aqui uma elite pseudointelectual e política que se arroga de uma superioridade moral como aqui se viu, de uma superioridade moral única, quando diretamente o que está aqui em causa são as famílias.-----
----- Ou se está de acordo que se construam casas ou não se está, uma coisa ou outra.-----
----- Agora, vir com argumentos do modelo de desenvolvimento económico, aliás, estas casas até podem contribuir indiretamente por um certo arrefecimento dos preços, porque as

famílias que vão receber estas casas não vão andar aí “ao tio ao tio” a esforçar-se e a disponibilizar do seu orçamento ou fazer uma taxa de esforço de oitenta ou noventa por cento, quando com estas casas vão fazer uma taxa de esforço entre os dez e os vinte por cento no máximo, é disso que estamos a falar. -----

-----Estamos a falar da vida das famílias. -----

-----Onde é que está o vale tudo?-----

-----O que é que isto tem a ver com o vale tudo? -----

-----O que estamos aqui a discutir é mais habitação para o Concelho, se porventura, fosse uma questão diferente a Câmara Municipal, por exemplo, disponibilizar terrenos para os privados construírem casas para serem vendidas no mercado, aí, eventualmente, poder-se-ia estar a contribuir para a especulação, se porventura não se estabelecessem preços, mas, neste momento, como sabem não há mercado público da venda, só há mercado público de arrendamento. -----

-----Eu também sou defensor do mercado público de venda e é, por isso, que sou defensor da desafetação da Reserva Agrícola Nacional para a construção de habitação pública, mesmo para venda, porque neste momento só há arrendamento, se porventura, a habitação pública chegar a escalões sociais a um rendimento ”per capita” baixo superior, por exemplo, de dois mil euros “per capita”, nós estamos a atingir uma banda da classe média já significativa e, sendo assim, essas famílias deixam de fazer pressão, no sentido de encontrarem solução no mercado que não é para elas, porque o mercado hoje, em termos de venda e nós sabemos que qualquer T Dois custa trezentos mil euros, qual é a família que tem trezentos mil euros para poder adquirir uma casa no mercado? -----

-----Nada disso está aqui em causa, o que está aqui em causa é exclusivamente a construção de casas que vão ficar fora do mercado, são casas que são, exclusivamente, para famílias que precisam, que têm carência de habitação.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- De maneira que, há aqui uma grande confusão relativamente ao modelo de desenvolvimento, isto não tem nada a ver com o modelo de desenvolvimento. -----

----- Já agora uma questão ainda a propósito da religião, nesta questão nós devemos ser claros e transparentes para não haver aqui sectarismo, quem diz religião, diz etnias, racismo e outras coisas. -----

----- Na Câmara Municipal de Oeiras, por exemplo, damos terrenos para a Igreja Católica, isto é uma situação do domínio público, não damos a mais igreja nenhuma, isto é claro. -----

----- Porque é que damos à Igreja Católica e não damos terrenos para fazerem Mesquitas ou igrejas evangélicas? -----

----- Por uma razão muito simples, porque o nosso ponto de partida é igual para todos, isto é, estamos disponíveis para dar terrenos a todos, não é exclusão, a Igreja Católica e o resto não existe, não, fazemos a mesma proposta a todos, a Câmara vai dar-vos um terreno para fazerem uma igreja, o que é que vocês dão à Câmara? -----

----- Vão fazer alguma creche, algum lar da terceira idade? -----

----- Estão disponíveis para gerir uma creche ou um lar da terceira idade, mesmo que seja construído pela Câmara Municipal? -----

----- Os que dizem que sim, muito bem, os que dizem que não, “chapéu”, é esta a transparência que tem que existir. -----

----- Em vez de analisar a proposta, em vez de analisar os critérios de seleção de adjudicação, estar a fazer juízos de valor sobre a personalidade, a honra dos titulares, dos acionistas de uma empresa! -----

----- Eu estou aqui quase há quarenta anos, realmente, mas nunca assisti a coisas destas. --

----- Mas é a tal história quando nós dizemos, já bateu no fundo, nada bate no fundo! -----

----- Ainda ontem tive a oportunidade na Assembleia Municipal de falar nos extremismos, a propósito das últimas eleições. -----

-----Realmente não há grande diferença daquilo que o Chega diz e o que o Bloco de Esquerda dizia há vinte anos. Os extremismos fomentam-se uns aos outros e, portanto, começou a existir um terminado extremismo, um determinado posicionamento à esquerda e, naturalmente que os humilhados à direita, aqueles que se sentiram humilhados à direita ou extrema-direita resolveram sair da gaiola.-----

-----Agora estamos confrontados com uma situação política em Portugal, felizmente que o centro, PS e PSD, ainda representam sessenta por cento, com a Iniciativa Liberal, são sessenta e sete, ainda estamos numa posição, apesar de tudo, confortável.-----

-----Nada nos diz que a tendência no futuro é o crescimento da extrema-direita, mas reparem os métodos, o insulto às pessoas, a suspeição por tudo e por nada, é igual, é assimétrico.

-----As pessoas não têm juízo e depois choram lágrimas de crocodilo, estabeleçam lá barreiras vermelhas ao Chega, estabeleçam aí linhas vermelhas.-----

-----Eu acho tudo isto lamentável.-----

-----Senhora Vereadora, acho bom que reflita, porque uma coisa é o modelo de desenvolvimento, outra coisa é o modelo de políticas sociais, é o modelo social do Concelho.----

-----A verdade é que, Oeiras têm uma história única nesta matéria, eu sei que as pessoas não gostam de ouvir isto, ainda ontem, uma Senhora Deputada, por caso da direita, na Assembleia Municipal, veio comentar algo que eu digo com frequência, em relação a certas situações, somos os melhores, somos os melhores nisto ou somos os melhores naquilo e a Senhora dizia: “Estão sempre a dizer que somos os maiores, os melhores”.-----

-----Mas quê! -----

-----Vamos dizer que somos os piores? -----

-----Parece que as pessoas não se enxergam! -----

-----Nós temos de ter sempre uma visão positiva, uma visão de esperança. -----

-----Temos de ser mais diretos, nós temos de ser mais transparentes. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nós entendemos, viu-se na campanha eleitoral, viu-se a quantidade de partidos políticos que não falaram em habitação pública, viu-se a quantidade de partidos políticos que dizem que o problema da habitação é resolvida ou deve ser resolvida pelos privados e que o Estado deve ser regulador. -----

----- Alguns até dizem que as rendas devem ser estabilizadas, devem ser congeladas e os senhorios que paguem a crise e os senhorios que façam ação social, ouvimos isto. -----

----- Mas, em contrapartida, a nossa vizinha Espanha, tem dez por cento de habitação pública, nós temos dois por cento. -----

----- A França, a Holanda, a Bélgica, têm trinta e cinco por cento de habitação pública. ----

----- Os países ricos nórdicos, Noruega, Suécia, Dinamarca, têm quarenta e cinco por cento, a Áustria tem sessenta e cinco por cento de habitação pública. -----

----- Nós aqui achamos que devem ser os privados a resolver. -----

----- Seja de direita, seja de esquerda, quem faz esta afirmação está apenas a dizer: “Somos contra os pobres, que se arranjam, que vivam debaixo da ponte”. -----

----- A nossa política é diferente, hoje fala-se muito, a propósito das eleições, do crescimento do Chega, no Algarve, no Alentejo, etc.. -----

----- Eu compreendo perfeitamente a votação dos alentejanos. -----

----- O Chega onde cresceu menos na Área Metropolitana, foi em Oeiras, foi onde teve a votação mais baixa. -----

----- Não será por acaso! -----

----- Foi a Iniciativa Liberal que teve a votação mais alta da Área Metropolitana e curiosamente, foi também onde o Livre teve a votação mais alta na Área Metropolitana. -----

----- Ao mesmo tempo, o PS e o PSD, ou a AD, ficaram mais ou menos equilibrados aqui numa espécie de empate técnico, mas com sessenta por cento. -----

----- Oeiras é um Município esclarecido, de pessoas esclarecidas. -----

-----Nas últimas dez eleições, não se esqueçam disto, Oeiras votou no partido vencedor. -

-----Não será por acaso!-----

-----Em dez eleições seguidas, Oeiras vota no partido vencedor.-----

-----Eu passei por Mourão e vi lá um espetáculo de um acampamento de ciganos. Mas, não é só o acampamento de ciganos em Mourão. Vamos aqui à Amadora, à Cova da Moura e não só à Cova da Moura, são cinco, ou seis, ou vinte mil famílias que vivem em barracas ou vamos a Almada, mais cinco ou seis mil que vivem em condições miseráveis.-----

-----Os políticos em Portugal deviam ter vergonha disso. É óbvio que os extremismos, formam-se, forjam-se, nessas situações, é uma espécie de lumpuna que se vai forjando nessas situações. -- -----

-----Eu pergunto:-----

-----Onde está o escândalo, a indignação dos partidos de esquerda sobre esta matéria? ----

-----Onde é que está?-----

-----Não estou a vê-los a defender a habitação pública. Mas eles dizem que defendem a habitação pública.-----

-----Onde? -----

-----Nos centros históricos, mais, nas casas vagas, setecentas mil casas. Sim, há setecentas mil casas, onde não fazem falta nenhuma. -----

-----A Lousã está cheia de aldeias abandonadas, mas contam dos Censos. Na minha zona, em Trás-os-Montes, há para lá casas a dar com pau, abandonadas, mas ninguém as quer ocupar.

-----Portanto, há aqui uma confusão extraordinária, as pessoas não têm sinceridade, há aqui uma reserva mental extraordinária.-----

-----Sejamos frontais, somos contra.-----

-----Os pobres que continuem, que se desenrasquem, são pobres porque querem, são pobres porque culturalmente querem ser pobres. Há esta filosofia. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Depois há aqueles que, naturalmente vivem bem, estão de barriga cheia, são esses que não querem que se construa habitação, são esses que não querem que se façam as Torres do Espargal. Não é por causa do impacto, é porque eles acham que na realidade, estão a viver bem, têm boas condições, têm qualidade de vida, é o melhor elogio que podem fazer a este Presidente.

----- Quando dizem não se deve fazer mais construção aqui, não se deve fazer mais construção além, mas ao mesmo tempo, reparem, são contra o Estado de Direito, sem se aperceber, são contra o Estado de Direito.-----

----- Na realidade, um Plano Diretor Municipal estabelece direitos, esses direitos devem ser defendidos e salvaguardados, se não são defendidos e salvaguardados, não há segurança jurídica. Não havendo segurança jurídica, não há investimento. Não havendo investimento não há geração de riqueza, não há criação de emprego. Essa, é a razão porque Portugal está atrasado.

----- Nós, aqui em Oeiras, estamos sempre a remar contra a maré, nós somos o Município, neste momento, que mais habitação pública está a fazer em Portugal.-----

----- Mas, não somos o que precisa de mais habitação pública, porque se a média é de dois por cento, nós já temos cinco por cento, mas havemos de chegar aos dez por cento.-----

----- Neste momento, são mil e setecentas e com estas trezentas, se conseguirmos, são duas mil e quero dizer que já estamos a estudar os terrenos rústicos disponíveis no Concelho. ----

----- Não estou a dizer Reserva Agrícola. Já agora, porque a mim, até me põe palavras na boca sobre Reserva Ecológica e eu sempre disse que a Reserva Ecológica é sagrada, não quer dizer que não se possam desafetar vinte metros. Estou a dizer, que não há construção na Reserva Ecológica, não há que desafetar Reserva Ecológica. Mas terrenos rústicos, de acordo com a lei é possível. A última lei do simplex administrativo e na sequência de muitos pedidos da Câmara Municipal de Oeiras, o Governo aprovou a possibilidade de se construir habitação pública nos terrenos rústicos. -----

----- Nós já estamos a fazer levantamentos dos terrenos rústicos para apresentar outra

proposta ao Governo, dizendo que queremos fazer mais mil ou duas mil casas. -----

-----Isto é que é prioridade política na questão da habitação, era bom que nas nossas cabeças fôssemos francos, frontais e se não estamos de acordo com determinada política social, digamos que não estamos de acordo com essa política social. -----

-----Misturarem as coisas e falarem em modelo de desenvolvimento ou não sabem o que é o modelo de desenvolvimento. Modelo de desenvolvimento, indiretamente, tem a ver com a construção do modelo de desenvolvimento onde a coesão social faz parte. -----

-----Tudo isto hoje é transversal. -----

-----A coesão social, a integração social, a igualdade de oportunidades, faz parte do modelo de desenvolvimento nessa perspetiva, mas é no modelo de desenvolvimento social de acordo com a dimensão social.” -----

-----**A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Os serviços de informação do meu gabinete não chegam a Londres e a outros sítios, neste caso, mas ainda conseguimos chegar aos dados estatístico de Oeiras relativamente à habitação. - -----

----- O que eu queria perceber e, se calhar, pedia ao Senhor Vereador Nuno Neto se me podia fazer chegar informação do valor médio que aqui referiu, porque ele não corresponde com aquilo que é o valor médio que nós tínhamos visto no destaque estatístico e, por isso é que eu queria perceber como é que o valor era formado. -----

-----No destaque estatístico da habitação do terceiro trimestre de dois mil e vinte e três o valor médio que nós temos para o Oeiras. por metro quadrado. é de três mil cento e setenta e sete euros e era por isso que nós queremos efetivamente perceber como é que era composto este valor para fins deste aviso. -----

-----**O Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu: -----

-----“Há três valores aí. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Se estiver a ver no INE, há três valores, para a habitação nova, para a habitação a reabilitar e para a habitação usada. -----

----- O que nós estamos a comprar, são ativos futuros, volto a dizer isto que é muito importante. -----

----- Ativos futuros, quer dizer o quê? -----

----- Quer dizer que não andamos a comprar no centro da cidade para fazer subir preços, para que as pessoas que hoje em dia não conseguem comprar, amanhã tenham as casas mais caras. -----

----- Este é o efeito de se comprar, (eu fiquei um bocadinho nervoso com esta proposta, com esta discussão, porque custa-me ver depreciado desta forma o trabalho, em especial, dos técnicos), como se fez em Lisboa, por exemplo, e foi uma coisa muito noticiada, quando Robles comprou barato para vender caro, isso fez subir preços. -----

----- Comprar ativos futuros, ou seja, construir no futuro, não entrando em concorrência com aquilo que é o mercado privado, não faz subir preços, não faz encarecer a vida das pessoas e é isso que estamos a fazer. -----

----- Os preços são os publicados pelo INE, e estão publicados dentro dos três critérios, os três mil e oitocentos e qualquer coisa que eu referi é o preço de construção nova com critérios de qualidade.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** acrescentou:-----

----- “Nós vamos ver em mais pormenor os valores para perceber e, eventualmente, até podemos contactar os Serviços. -----

----- Seja como for, queria aqui deixar a nota que nós somos completamente a favor da habitação pública, que concordamos efetivamente com aquilo que tem sido o alargamento das possibilidades de mais oferta pública para quem precisa e, portanto, naturalmente, estamos a favor deste tipo de propostas e queria deixar isto aqui bem claro.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para admissão de candidatura e adjudicação da aquisição de noventa habitações, pelo preço por metro quadrado, no valor de três mil oitocentos e setenta euros, o que perfaz o montante total de vinte e seis milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta euros, ao concorrente “Criterion Portugal, Unipessoal, Limitada”.- -----

-----A minuta de contrato-promessa de compra e venda. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea i), e vigésimo quinto, número um, alínea i), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

-----Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho (Primeiro Direito), Portaria número duzentos e trinta, de dois mil e dezoito, de dezassete de agosto, Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio, Portaria número cento e trinta e oito-C, de dois mil e vinte e um, de trinta de junho, Decreto-Lei número trinta e oito, de dois mil e vinte e três, de vinte e nove de maio e no Aviso de Publicitação número zero um/C zero dois-i zero um/dois mil e vinte e um.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Também queria deixar claro que somos completamente favoráveis à aquisição de habitação para casas de renda apoiada ou renda acessível, porém, esta proposta causa-nos grande desconforto.-----

-----Estamos perante um projeto comprometido por forte engenharia financeira, mais parecendo que é a Autarquia que viabiliza financeiramente o projeto, ao contrário de situações passadas em que havia o objetivo de adquirir casas existentes no mercado para reforçar o parque



Câmara Municipal
de Oeiras

habitacional, temos agora esta subcontratação numa lógica quase de parceria público-privada em que se assegure a aquisição a preços elevados. -----

----- Reiteramos que o objetivo principal desta medida do PRR não deveria fomentar a expansão urbana de novas habitações privadas com um carrossel de financiamento numa lógica do capitalismo rentista que se parece estar a instalar pelo Concelho. -----

----- Não podemos comprometer-nos com este modelo de desenvolvimento pelo que somos obrigados a votar contra.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “A Coligação Evoluir Oeiras é contra a habitação pública. -----

----- Está expresso, o que importa são os atos. -----

----- Não é a primeira vez que votam contra nestas matérias utilizando pretextos, já assim aconteceu com Linda-a-Velha, com argumentos do artigo cinquenta nove, aconteceu com o Alto da Montanha.” -----

3 - PROPOSTA Nº. 197/24 - DCH - Pº. 54/DCH/2023 - “PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA” - ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE EMPREITADA POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Esta corresponde aquilo que é o esforço principal da execução de projetos e portanto, estando em condições, abre-se o concurso público para a empreitada e a Câmara Municipal depois entrega as casas às famílias. -----

----- Era ótimo se conseguíssemos ter capacidade para fazer projetos, mais quinhentas, seiscentas, setecentas casas, mas não temos tempo para isso, porque o PRR tem esta limitação e é a razão, porque nós recorremos a todas as fontes de financiamento e à diversidade de contratação pública existente.” -----

-----A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** disse o seguinte:-----

-----“Gostaríamos de relembrar a recomendação do Tribunal de Contas a propósito dos diversos procedimentos relativos à contratação da construção de habitação financiada pelo PRR, que foi dirigida à Câmara e que sublinhava que a Câmara Municipal de Oeiras deve abster-se de tomar decisões de contratar e autorizações de despesa sem garantir que previamente às mesmas os encargos previstos pela entidade têm total cobertura orçamental e adequada, previsão nos instrumentos previsionais, isto deve estar contemplado desde os procedimentos iniciais, isto é, quando se propõe a abertura de um procedimento com encargos plurianuais, para além de garantir que o encargo previsto para o ano de abertura do procedimento tem cabimento no respetivo orçamento e que também tem de se garantir que os encargos para os anos futuros estão inscritos no PPI deste modo, o parágrafo da proposta de deliberação cento e noventa e oito que começa por: “...o cabimento encontra-se integralmente assegurado...”, sugerimos que acrescente, ou deve ficar claro, se vai referir isto ou não, porque isto é um elemento fundamental para a tomada de decisão, sugere-se assim que onde está: “...o cabimento encontra-se integralmente assegurado...”, se acrescente: “... que os encargos para anos futuros estão inscritos no plano plurianual de investimento aprovado em...(numa determinada data) pela Câmara e aprovado em Assembleia Municipal, à semelhança do que acontece com o anexo com a ficha de cabimento no anexo seis. Portanto, isto devia estar presente, para a nossa votação era importante que houvesse este compromisso.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** salientou o seguinte:-----

-----“Gostaria de recordar duas coisas.-----

-----Na proposta de deliberação cento e noventa e nove, se reparar. estamos a aprovar a minuta do contrato com a comparticipação PRR deste empreendimento, elas estão agendadas ao contrário, mas este contrato de financiamento que está a seguir refere-se a este MPH Zero Sete, Programa Habitacional de Leceia, noventa e seis fogos. Portanto, esta obra está coberta por



Câmara Municipal
de Oeiras

financiamento através do PRR, por um lado, por outro lado, a ficha de cabimento refere a execução nos anos futuros, se for ver, o que significa que está assegurada a inscrição dos anos futuros do PPI.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Eu hoje não consigo deixar de dizer o mesmo. -----

----- Não há uma, nem duas, nem três, nem quatro, nem cinco, nem dez, todas as formas são possíveis para que a Coligação Extinta na altura das eleições, Evoluir Oeiras, composta pelo Bloco de Esquerda, Livre e Volt use todos os estratagemas possíveis e imaginários para tentar impedir a Câmara de Oeiras de construir habitação pública para os pobres. -----

----- Eu volto aqui a recordar o que aconteceu com o empreendimento de Linda-a-Velha, onde o Senhor Presidente chegou a receber o líder daquele protesto de Linda-a-Velha, naturalmente e ao que parece politicamente manipulado, que usou argumentos racistas pouco diferentes dos daqueles utilizados pela Senhora Vereadora, hoje, não é muito diferente, porque vale tudo, tem valido tudo.-----

----- O outro Senhor veio para uma reunião com o Senhor Presidente e disse na Assembleia Municipal que aquela gente vem viver para o pé de nós.-----

----- De facto, desgraçados dos pobres deste Concelho e de quem precisa de casa se tivesse sujeita a generosidade ignóbil deste movimento.-----

----- Todos os estratagemas são possíveis, tudo é passível de ser utilizado para impedir que aquela gente tenha acesso a uma habitação condigna, tudo é possível, todos os argumentos são passíveis de ser utilizados, isto é quase impossível não ficarmos chocados com a forma torpe como se tenta obstruir as propostas de deliberação para construir habitação pública, em Oeiras.” -

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** observou o seguinte:-----

----- “O PSD não tinha intenções de falar nestas propostas, até porque pensava que era de consenso total, mas às vezes surpreendemo-nos.-----

-----Queria só deixar nota, que eu percebi nas últimas eleições que o Bloco de Esquerda tinha um mote pela habitação: “Não lhes dêis descanso”, e eu achava que o mote do Bloco de Esquerda era isto que nós estamos a fazer, porque nós estamos a fazer mais habitação, mas, se calhar, estou enganada, e era: “Não lhes dêis descanso, não os deixes fazer habitação”. -----

-----O problema é que aqui aconteceu o oposto, de várias formas, desde a compra, à execução pela Câmara, nós estamos a fazer habitação e aqui o PSD é quota parte, porque nos últimos quarenta anos tem estado sempre a favor, já quando estava no Executivo com funções, quando o Presidente ainda era do PSD e agora continuando a apoiar aquilo que para nós é óbvio, que as pessoas tenham condições de habitar e de habitar em Oeiras, não ter que ir para Torres Vedras, não ter que ir para Santarém, não ter que ir para outros Concelhos, com todo o mérito que eles têm, até tenho lá familiares e gosta muito de os ir visitar, mas que seja perto do local onde trabalham, da escola onde queremos os nossos filhos. -----

-----Por isso para o PSD faz todo o sentido estas propostas e acreditamos que os Serviços, até porque o PRR é exigente e não é uma coisa nacional, é europeia, portanto, parte-se do pressuposto que há aqui uma série de trâmites legais e de processos, que muitos deles até nem passam por aqui, que são exigidos, não só pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU, mas por muitas entidades. -----

-----Eu acredito que até a arquiteta Patrícia gosta de dormir descansada, portanto, eu duvido muito que ela não tenha visto todos estes processos de fio a pavio, antes de nós, mas, contudo, apesar disso, também nós vemos, também o Vereador Nuno Neto viu, também o Senhor Presidente viu, e nas várias reuniões que fomos falando ao longo dos projetos, fomos todos vendo e tendo a noção, não só da importância deles, mas da forma transformadora que eles vão trazer para Oeiras, portanto, da parte do PSD não damos descanso em votar a favor destas propostas.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Só terminar e para descansar cabalmente a Senhora Vereadora e remeter para a página seis na informação que está anexa e que eu passo a citar esta parte: “... O contrato será executado nos anos de vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis, conforme a autorização de assunção de encargos plurianuais e autorização de realização de despesa, ficha de cabimento com o lançamento trinta noventa e quatro de um de março de dois mil e vinte e quatro e com o número sequencial (que me vou dispensar de ler) que terá uma execução financeira de dois ponto quatro noventa e sete seiscientos e setenta e cinco vírgula cinquenta e oito em dois mil e vinte e quatro, em dois mil e vinte e cinco nove milhões novecentos e vinte mil setecentos e dois euros e vinte e oito cêntimos, e em dois mil e vinte e seis, sete milhões quinhentos e vinte e dois mil trezentos e oitenta e sete euros e cinco cêntimos Ficha de cabimento de encargos plurianuais.” ---

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a decisão de contratar e autorização de abertura do procedimento da empreitada por concurso público com publicidade internacional e respetiva despesa, referente ao processo número cinquenta e quatro-DCH/dois mil e vinte e três - “Programa Habitacional de Leceia - noventa e seis fogos, Barcarena”. -----

----- O preço base do concurso em vinte milhões dez mil setecentos e sessenta e quatro euros e noventa e um cêntimos, valor sem IVA, e o prazo de execução de dezoito meses (quinhentos e quarenta e oito dias).-----

----- As peças do procedimento. -----

----- A nomeação do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- A designação do Gestor do contrato, o arquiteto António Ribeiro, do Departamento de Habitação Municipal/Divisão de Conservação da Habitação. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

-----Número três, do artigo septuagésimo primeiro, da Lei número oitenta e dois, de dois mil e vinte e três, de vinte e nove de dezembro.-----

4 - PROPOSTA N.º 198/24 - DHM - AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO N.º 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - ADJUDICAÇÃO À EMPRESA “GLORIOSO E RADIANTE, UNIPESSOAL, LDA.”: -----

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“É igual à anterior, as considerações todos fazem pelas palavras já ditas, não sei se alguém quer dizer alguma coisa.” -----

-----A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** disse o seguinte:-----

-----É um pormenor, não é nada de especial. -----

-----A proposta do concorrente constante no anexo seis não apresenta certidão do registo predial como solicitado pelo edital, pode ter sido lapso, mas não é significativo.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O Senhor Vereador Nuno Neto esclareceu o seguinte:-----

----- “O que se pretendia era garantir que o terreno onde vai ser construído fosse de quem apresenta a proposta e a um apresenta o contrato de promessa de compra e venda e outro apresenta o comprovativo de poder, mas penso que até são as cadernetas prediais urbanas, portanto, os comprovativos de propriedade do lote do terreno.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para admissão de candidatura e adjudicação da aquisição de cento e vinte habitações, pelo preço por metro quadrado, no valor de três mil e oitocentos euros, o que perfaz o montante total de quarenta e três milhões oitocentos e sessenta e três mil e quatrocentos euros, ao concorrente “Glorioso e Radiante, Unipessoal, Limitada”.-----

----- A minuta de contrato-promessa de compra e venda.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea i), e vigésimo quinto, número um, alínea i), Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho (Primeiro Direito), Portaria número duzentos e trinta, de dois mil e dezoito, de dezassete de agosto, Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio, Portaria número cento e trinta e oito-C, de dois mil e vinte e um, de trinta de junho, Decreto-Lei número trinta e oito, de dois mil e vinte e três, de vinte e nove de maio e no Aviso de Publicitação número zero um/C zero dois-i zero um/dois mil e vinte e um.-----

5 - PROPOSTA N.º. 199/24 – DHM - EMPREENDIMENTO DE LECEIA (96 FOGOS) - APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (SIGA 62190)”:-----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os termos da minuta do contrato de comparticipação a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto Público e o Município de Oeiras, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR até ao montante de dezasseis milhões oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois euros e dez cêntimos, corresponde a: -----

-----Catorze milhões novecentos e cinquenta e três mil cento e quarenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, à comparticipação não reembolsável, com verbas do Programa Primeiro Direito; e -----

-----Um milhão cento e trinta e um mil e trezentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos, ao IVA, incorrido ou a incorrer. -----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea r), número um, artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho. -----

-----II - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Terminado este pacote de habitação, eu não posso deixar de expressar aqui o meu reconhecimento e os meus parabéns ao Departamento de Habitação, designadamente à arquiteta Patrícia Costa e a todos os colaboradores do Departamento de Habitação. -----

-----Os nossos parabéns e reconhecimento, sobretudo, porque a equipa da Habitação está a ser reconstruída. -----

-----Nós já tivemos um Departamento de Habitação muito forte, com a existência de



Câmara Municipal
de Oeiras

planos de habitação, de construção de habitação. -----

----- Houve depois um período que também teve a ver com a saída de técnicos, que foram saindo para aqui e para além, por isso esta equipa teve que ser reconstruída.-----

----- Neste momento, começa a funcionar bem, os resultados estão à vista e é fundamental que se dê um estímulo a toda esta equipa, porque ainda têm muito trabalho pela frente, ainda há muitos projetos, agora estou à espera do Casal do Deserto, são duzentas e tal casas. -----

----- Os meus parabéns!” -----

6 - PROPOSTA Nº. 200/24 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 7ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de sete de março de dois mil e vinte e quatro, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e quatro/quatro mil seiscentos e vinte e cinco, referente à sétima alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e quatro, no valor movimentado de quinhentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e oito euros e trinta e oito cêntimos, na despesa.-----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

7 - PROPOSTA Nº. 201/24 - DPOC - 4ª. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (4ª. REVISÃO) ÀS GOP (PPI E AMR) REFERENTE AO ORÇAMENTO PLURIANUAL:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Eugénia Pires** colocou as seguintes questões:-----

-----“A primeira é uma questão de pormenor, o assunto referido na epígrafe da proposta de deliberação não parece correto. -----

-----Menciona quarta alteração modificativa às Grandes Opções do Plano, referente ao orçamento plurianual. -----

-----Segundo o POCAL as modificações do plano plurianual de investimento consubstanciam-se em revisões e alterações, portanto, o que parece que está escrito na proposta de deliberação é uma alteração e não uma revisão, uma vez que não se propõe a inscrição/anulação de qualquer projeto. -----

-----Na proposta de deliberação menciona-se que o Executivo submeta à Assembleia Municipal a aprovação da alteração aos projetos referentes às GOP, aos projetos de habitação jovem e delegação de competências da saúde, entre outros, nos termos da presente proposta de deliberação. -----

-----Gostaríamos de saber, estes, entre outros, do que é que se trata, deixando a ressalva que somos sensíveis às questões da transparência da “Accountability” e, portanto, faria sentido que a proposta de deliberação fosse um pouco mais explícita -----

-----Por último, solicitar toda a correspondência trocada entre a Câmara e o Tribunal de Contas, desde o envio do contrato da construção da ciclovia da Rua da Fonte de Vila Fria a Leceia, para o visto prévio, até à concessão do referido visto.”-----

-----A **doutora Cátia Bonito**, esclareceu: -----

-----“Relativamente à quarta revisão, nós costumamos pôr efetivamente alteração orçamental modificativo foi lapso da nossa parte não ter incluído. -----

-----Bem como a parte da delegação de competências de saúde, foi um “copy paste”, pedimos desculpa por esse lapso.-----

-----Relativamente à ciclovia, é um processo que já veio à reunião de Câmara, julgo que há um processo fechado com o Tribunal de Contas, mas posso-vos fazer chegar, se assim o



Câmara Municipal
de Oeiras

entender.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “A Senhora Vereador pediu a troca de correspondência entre o Tribunal de Contas e a Câmara? -----

----- É facultar essa correspondência.-----

----- Como sabem, num processo sujeito a visto do Tribunal de Contas, é vulgaríssimo, praticamente em todos os processos, é muito raro haver um processo que tenha de imediato o visto do Tribunal de Contas.-----

----- O Tribunal de Contas com frequência suscita dúvidas, faz recomendações, esclarecidas as dúvidas e acatadas as recomendações, normalmente é colocado o visto. -----

----- Que eu me lembro nos últimos seis anos o Tribunal de Contas, em centenas de contratos, só nos recusou um visto e se calhar porque nós na altura não fundamentámos como deve ser. Ainda ontem tivemos uma reunião sobre essa matéria, se calhar não foi bem fundamentado.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Eugénia Pires, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a quarta Alteração Modificativa (quarta Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) referente ao orçamento plurianual. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto dois, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com o artigo quadragésimo quarto, artigo quadragésimo sexto-B, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. - -----

----- Número um, da alínea a), do artigo vigésimo quinto e número um, da alínea c), do

artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

8 - PROPOSTA Nº. 187/24 - GAP - SIMAS - NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, PRESIDENTE E VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA: -----

-----I - O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

-----“Tem que ser por votação secreta. -----

-----É a designação para o Conselho de Administração dos SIMAS, para o mandato de dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco, a Vereadora Joana e a doutora Catarina.-----

-----Está em anexo o currículo.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, através de escrutínio secreto, em que se verificaram nove votos a favor e um voto contra, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar as seguintes nomeações para o Conselho de Administração dos SIMAS:-----

-----A Senhora Vereadora doutora Joana Micaela Salvador Baptista, como Presidente do Conselho de Administração; -----

-----A Senhora doutora Catarina Braz Sobreiro Barata Dão, como Vogal do Conselho de Administração. -----

-----Notificar o Município da Amadora para conhecimento da deliberação tomada no seguimento da presente proposta. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea pp), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos oitavo, número cinco, décimo, número um, alíneas a) e b), e décimo segundo, números um e dois, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Artigos décimo terceiro e décimo quinto, números um e dois, do Despacho número



Câmara Municipal
de Oeiras

dois mil quinhentos e noventa e nove, de dois mil e vinte e um, de vinte e cinco de fevereiro -----

9 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

----- Às dezassete horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Diretora de Departamento,

(Vera Carvalho)